

FORÇAS DE SEGURANÇA CIVIL ALGARVIAS VISITARAM COLEGAS BELGAS

# Vídeo vigilância no Algarve ganha nova força

Os métodos e sistemas de segurança e protecção civil portugueses e belgas estiveram em análise, na passada semana, em Bruxelas. A vídeo vigilância belga esteve na mira da PSP e GNR do Algarve que pretendem instalar um sistema semelhante na região. Uma experiência positiva que permitiu perceber que o trabalho realizado no Algarve não fica aquém do que é feito na capital belga

SOFIA CAVACO SILVA ■

O projecto de instalação de videovigilância em pontos estratégicos no Algarve, como forma dissuasora da criminalidade e instrumento eficaz de canalização de recursos, data de 2006. Uma ideia lançada pelo então Governador Civil de Faro, António Pina, que apontava a entrada em funcionamento do sistema para Maio desse ano. Actualmente, o projecto continua apenas em papel. Totalmente definido, o sistema aguarda autorização das entidades competentes a nível nacional em virtude da legislação nacional sobre o direito à intimidade e de reserva da vida privada.

Em funcionamento em países como a Bélgica e a Holanda e com saldos positivos, a videovigilância foi um dos temas que chamou a atenção da comitiva algarvia que se deslocou na passada semana a Bruxelas.

Recorde-se que o projecto-piloto algarvio prevê a instalação de videovigilância em zonas de quatro concelhos do Algarve, nomeadamente: Portimão, Albufeira, Loulé e Faro.

"O Algarve pode beneficiar desse meio importante também para o aumento das condições de segurança na região. Fomos observar localmente a forma como o fazem e qual será a melhor forma de ser aplicado no Algarve", explicou o Tenente-Coronel da GNR de Faro, Armando Caio no final da visita.

O intendente Jorge Cabrita, comandante da PSP de Faro, in-

tegrou a comitiva e explicou ao Jornal do Algarve que o modelo belga serve de referência mas não tanto para ser replicado na região. "São exemplos. Não quer dizer que não possamos fazer até melhor. Temos perfeitamente condições para o fazer do ponto de vista tecnológico, obviamente sujeito às limitações previstas legalmente", referiu. Uma ideia partilhada pelos representantes da GNR que integraram a comitiva.

Quanto a datas para a entrada em funcionamento da videovigilância no Algarve, o intendente Jorge Cabrita diz não poder precisar. No entanto, diz que "no interesse da polícia seria o mais rápido possível". "Do ponto de vista policial sem dúvida que seria já para amanhã, mas tudo tem o seu tempo", acrescentou.

## "Por nós, era já amanhã"

Tal como acontece em Bruxelas, as câmaras de vigilância serão colocadas em pontos estratégicos que além de funcionarem como dissuasoras podem servir como um instrumento eficaz de canalização de recursos. Apesar da lei portuguesa já referir a videovigilância as reservas das entidades competentes continuam a manter-se.

O intendente Jorge Cabrita admite que se trata de uma matéria sensível, no entanto, todas as zonas abrangidas por estes sistemas serão devidamente identificadas. "O projecto não vai afectar a vida privada de ninguém porque todas as câmaras estão estudadas por

forma a que o que esteja em causa seja a dissuasão e não permita a violação da privacidade de ninguém", explicou.

Outro dos pontos mais destacados pelas forças de segurança algarvias sobre a videovigilância é o facto de esta ser um instrumento complementar à acção já realizada.

Este sistema tem essencialmente "um valor de natureza instrumental complementar à nossa acção", afirmou o intendente Jorge Cabrita. "Não deixaremos de ser polícias" comentou acrescentando que "será sem dúvida uma mais-valia para a nossa acção e um forte instrumento de dissuasão de comportamentos desviantes nas zonas consideradas de risco. Penso que será também uma mais-valia para a imagem da região porque o cidadão que frequenta aqueles locais saberá que é uma zona segura", prosseguiu.

"Ninguém pode pensar que a videovigilância é um método de panaceia que vai resolver os problemas de segurança ou da ausência dela", comentou o Tenente-Coronel Armando Caio, da GNR no final da visita.

"A videovigilância deve ser sempre empregue e empenhada como complemento de outros programas", acrescentou exemplificando com o programa "Comércio Seguro e Segurança Colectiva" e um protocolo para o turismo.

"É como complemento destas áreas e não como método por si só desgarrado de outra acção de segurança propriamen-



O convite da eurodeputada Jamila Madeira estendeu-se à GNR, à PSP e à Protecção Civil algarvias

te dita", concluiu.

A comitiva contou com a presença do vogal da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve (RTA), Nuno Aires que sublinhou a importância deste projecto para o turismo na região.

A segurança continua a ser um dos trunfos mais importan-

tes para o Algarve enquanto destino turístico e este projecto reveste-se de especial importância não só como reforço dessa segurança como do próprio sentimento dos cidadãos.

Contudo, Nuno Aires frisou que não está em causa a proliferação desmesurada de câmaras de vigilância pela região. A

RTA defende a colocação de câmaras nas zonas mais problemáticas da região.

Apesar de não ter competências para intervir no processo, a RTA pondera enviar os seus argumentos e recomendações às entidades competentes para que o processo possa ser acelerado.

## PROTECÇÃO CIVIL ALGARVIA COM NOTA POSITIVA

# "Estou satisfeito com o sistema que temos no Algarve"

O Comandante Operacional do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, Vaz Pinto, integrou a comitiva e observou o funcionamento do Centro de Emergência belga e o sistema de combate a incêndios em manifestações ou eventos de grande envergadura.

"Até me ficará mal dizê-lo, mas estou satisfeito com o sistema que temos no Algarve em termos de protecção civil comparativamente com o que vi na Bélgica", comentou.

O sistema informático belga de apoio à decisão como uma das ideias positivas que o comandante trouxe na mala, apesar de referir que o Algarve contará com um sistema semelhante em breve.

O Algarve conta com um sistema de coordenação das várias forças de protecção civil mais efectiva e consolidada face ao sistema belga onde não há coordenação dos diversos agentes de protecção civil. "Penso que o nosso sistema está mais adequado à nossa realidade em função dos nossos riscos", acrescentou.

Em virtude da nova lei de bases da protecção civil, o país vai ficar com uma rede operacional cada vez mais completa e localizada. A lei prevê a criação de serviços municipais de protecção civil que será montada pelas autarquias em função dos riscos e necessidades de cada município.

Um sistema que o comandante diz que vai levar algum tempo a ser implementado mas que representa uma grande evolução. No entanto, diz que ficaria satisfeito se no próximo mês de Junho todas as autarquias já tivessem as suas

Comissões Municipais de Protecção Civil compostas.

A viagem a Bruxelas surgiu através do convite da euro-deputada Jamila Madeira que disse ter saído desta visita com uma noção reforçada da necessidade de criar uma força europeia de protecção civil.

A criação desta força tem vindo a ser discutida no Parlamento Europeu e Jamila Madeira considera que deverá ser definida antes da entrada de novos países para a União Europeia.

"Temos de conseguir ter os instrumentos que nos façam sentir seguros e acho que esse desenvolvimento da lógica europeia de protecção civil produziria bons resultados", defendeu Jamila Madeira.

Actualmente, a Alemanha é o país que coloca mais obstáculos à criação desta força europeia, mas a euro-deputada considera que este é um passo inevitável no contexto europeu. Para o comandante Vaz Pinto, esta situação tem toda a pertinência, acima de tudo no que respeita à normalização dos procedimentos e dos sistemas de socorro e intervenção.

A experiência tem dado provas de que a ajuda internacional ou europeia em situações de crise é mais eficaz quando as equipas estrangeiras conhecem os procedimentos e os sistemas do país afectado. Caso contrário, a presença destas equipas pode revelar-se contraproducente. Razão pela qual, o comandante defende que deve ser feito um esforço no sentido da uniformização dos sistemas a nível europeu.

## FUNDOS EUROPEUS SÃO PARA APLICAR

# "O Algarve precisa arregaçar as mangas"

O alerta é da euro-deputada Jamila Madeira sobre a aplicação dos fundos comunitários no Algarve. Questionada pelo Jornal do Algarve sobre os desafios que a União Europeia coloca actualmente ao Algarve, Jamila Madeira diz que este é um ano de aplicação de fundos e que não se pode deixar os projectos para a recta final.

"Sobretudo, os algarvios têm de perceber que estes primeiros anos de fundos comunitários são os anos em que há um maior pacote financeiro disponível para eles porque tudo isto é decrescente", explicou.

Este é igualmente um período crítico para poder avaliar e alterar algumas coisas nos projectos caso seja necessário, já que 2008 é também um ano de revisão e afinação dos regulamentos europeus sobre esta matéria.

Importa ainda referir que os projectos em curso vão ser avaliados de acordo com a mais valia que produzem para o espaço europeu. Nesse sentido, os projectos que obtiverem uma avaliação mais favorável poderão ver o seu orçamento reforçado por via dos fundos que os outros projectos não utilizam.

"Nesse sentido, se quando o Algarve for avaliado ainda não tiver desempenhado nenhum dos seus projectos que valham em termos de dimensão e de verificação das mais-valias, vai perder a oportunidade de ser avaliado positivamente", alerta a deputada.

Uma situação que representaria o desperdiçar de uma oportunidade para reforçar as verbas destinadas à região.